



Child Rights Governance

Governança Baseada nos Direitos da Criança É Uma Governança Boa para as Crianças

Estratégia para atingirmos nossas metas de governança
para 2013 a 2015 com base nos direitos da criança

O que é Governança Baseada nos Direitos das Crianças?

A Governança Baseada nos Direitos da Criança tem por objetivo apoiar e, se necessário, pressionar os Estados e outros atores-chave para que tornem os direitos das crianças uma realidade e promovam uma sociedade civil vibrante (com a inclusão das crianças), capaz de responsabilizá-los por não respeitarem tais direitos. Nosso objetivo é levantar a questão e discutir a situação das crianças em todas as sociedades, para que aquelas não sejam deixadas para trás, e garantir que sejam tratadas como cidadãos de hoje, não só do amanhã, de modo a alçar as crianças e os seus direitos ao topo da lista da agenda política.

Nossos objetivos gerais são:

- Fazer com que todos os Estados cumpram as suas obrigações de monitorar e colocar em prática os direitos das crianças
- Promover o fortalecimento das sociedades civis, com a inclusão das crianças, para que tais sociedades responsabilizem os Estados e a comunidade internacional pelos direitos das crianças

MENSAGEM DE ABERTURA

A Save the Children tem um compromisso sólido e duradouro com o avanço dos direitos de todas as crianças, para todas as crianças e em todos os lugares — tanto para situações emergenciais quanto para o desenvolvimento de longo prazo. Esse compromisso teve início nos primeiros anos da fundação de nossa organização e agora faz parte do nosso DNA organizacional, unindo os esforços de nossos programas nacionais e internacionais em todo o mundo.

A Save the Children trabalha de maneira consistente em prol dos direitos das crianças há mais de duas décadas, desde a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças em 1989. Os princípios estabelecidos durante a fundação da Save the Children servem de base aos atuais programas da CRG (Child Rights Governance ou Governança Baseada nos Direitos das Crianças). O foco da Estratégia Global da Save the Children para o período de 2010 ficou ainda mais fortalecido após a criação da CRG como setor individual, contando com sua própria estratégia global, programas abrangentes em todo o mundo e uma Iniciativa Global que oferece suporte estratégico ao trabalho de governança baseado nos direitos das crianças.

A estratégia de Governança Baseada nos Direitos da Criança está diretamente relacionada com a boa governança para as crianças (onde os poderes executivo, legislativo e judiciário dos Estados, os meios de comunicação, as empresas, entre outros, cumprem suas promessas em relação às crianças e são responsabilizados por aquilo que fazem) e com a voz de uma sociedade civil forte, que exige a prestação de contas por parte de suas autoridades e instituições. A má governança, como, por exemplo, o uso inadequado de recursos escassos e a prestação — ou inexistência — de serviços básicos de má qualidade, é desastrosa para as crianças. Nossos programas da CRG incentivam governos e outros atores a fazer melhor, mas também os pressionam quando não fazem o suficiente ou quando se recusam a cumprir suas responsabilidades.

O trabalho da CRG apoia as mudanças positivas em resultados de outros setores temáticos, como a educação e a saúde, pois defende uma abordagem holística para os direitos da criança, exigindo a mobilização adequada de recursos e a aplicação eficaz e eficiente de TODOS os direitos das crianças em TODAS as circunstâncias, e insiste na adoção dos princípios da boa governança — participação, transparência, responsabilidade e Estado de direito — para que os direitos das crianças tornem-se uma realidade. Tal iniciativa leva à criação de um escopo significativo que permite a sinergia com outras prioridades temáticas da Save the Children.

A estratégia a seguir estabelece a visão ambiciosa da Save the Children e as metas com relação à Governança Baseada nos Direitos das Crianças, além de descrever como iremos executá-la em toda a Teoria da Mudança, seja em contextos de desenvolvimento ou em situações emergenciais. Ela encerra o nosso avanço revolucionário no Investimento nas Crianças, que agora conduzimos como alvo importante para nossas iniciativas em prol da concretização da boa governança para as crianças. Ela indica como iremos medir o nosso impacto, como podemos apoiar uns aos outros por meio de documentações e compartilhamento de experiências e como trabalharemos juntos para colocá-la em prática, unindo os esforços dos programas nacionais da Save the Children, dos seus Membros, de nossos escritórios de defesa dos direitos das crianças e da Iniciativa Global da CRG.

Mimi Jakobsen, Presidente do Grupo Diretor da Iniciativa Global da CRG e Presidente da Save the Children na Dinamarca

NOSSA VISÃO

A Save the Children visualiza um mundo onde a governança responsável, ágil, abrangente e transparente garante os direitos de cada criança e onde cada criança é ouvida.

Em linhas gerais, nossos objetivos são:

- Fazer com que todos os Estados cumpram suas obrigações de monitorar e colocar em prática os direitos das crianças
- Promover o fortalecimento das sociedades civis, com a inclusão das crianças, para que tais sociedades cobrem dos Estados e da comunidade internacional o cumprimento dos direitos das crianças



GOVERNANÇA BOA PARA AS CRIANÇAS

A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança [CDC] é o tratado mais amplamente aceito sobre direitos humanos no mundo. Juntamente com seus três protocolos facultativos¹, a CDC estabelece um conjunto de princípios e normas voltados aos direitos das crianças a bens sociais fundamentais como a educação, a saúde e o direito de ser ouvido, além da proteção contra abusos, como o tratamento injusto e a exploração. A CDC ainda obriga os Estados a assegurar que todas as crianças sob a sua jurisdição (incluindo não cidadãos, como, por exemplo, refugiados) desfrutem dos mesmos direitos. No entanto, embora a CDC tenha representado um grande avanço na passagem de uma abordagem moral ou benevolente em relação ao bem-estar das crianças para uma obrigação legal e vinculativa do Estado, não nos é suficiente garantir que os direitos das crianças tornem-se uma realidade.

Um requisito essencial para que isso aconteça é a boa governança para as crianças, especialmente nas esferas de atuação do Estado. A governança está relacionada à agilidade do Estado na aplicação das normas da Convenção, incluindo a sua eficácia na execução e/ou coordenação dos serviços essenciais e do apoio que as crianças precisam. A boa governança também requer transparência, liderança política e disposição para a prestação de contas, além da voz de uma sociedade civil forte, que participe na tomada de decisões, cobre respostas das autoridades e monitore o que está sendo feito em favor das crianças.

O Comitê da CDC identificou diversos componentes específicos que os governos precisam colocar em prática para institucionalizar a boa governança para as crianças². Esses componentes são as chamadas Medidas Gerais de Implementação [GMIS, na sigla em inglês] e compreendem uma agenda ou estratégia nacional voltada às crianças, um mecanismo de coordenação para as questões da infância em todo o governo, a conscientização e capacitação quanto aos direitos das crianças, e a coleta de dados sobre a condição dos direitos das crianças. Eles também incluem instituições independentes de direitos humanos designadas a trabalhar com os direitos da criança, às vezes denominadas ouvidorias para as crianças ou delegadas das crianças.

A necessidade de uma boa governança não está, naturalmente, limitada ao Estado central, mas aplica-se também a todas as instituições que regem as sociedades onde as crianças vivem e demais entidades e instituições regionais, nacionais e internacionais, cujas ações e omissões têm grande influência na aplicação dos direitos das crianças. Essas instituições incluem desde câmaras municipais, poderes executivos e legislativos de estados e municípios, veículos de comunicação e o judiciário, a órgãos regionais supranacionais, empresas multinacionais, grupos armados que controlam o território, e forças de ocupação. A importância da boa governança para as crianças foi destaque em uma série de estudos, dentre eles o estudo abrangente sobre o “Bem-Estar Infantil” dos governos africanos, realizado pelo Fórum de Políticas para Crianças da África³. Constatou-se que a vontade política de priorizar as crianças na alocação de recursos é tão importante para as crianças quanto — ou talvez mais importante do que — o nível de riquezas do país. Um estudo do Banco Mundial também confirmou que a menos que exista um mínimo de boa governança, mais investimentos em saúde e educação voltadas

às crianças não produzirão os resultados desejados. Doadores como a USAID também reconheceram que em longo prazo, o desenvolvimento sustentável está intimamente ligado à boa governança democrática e à proteção dos direitos humanos. Por outro lado, é claro, a má governança, incluindo a corrupção, a violação do Estado de direito e os serviços de má qualidade, revela-se desastrosa ao cumprimento dos direitos das crianças.

A boa governança para as crianças auxilia na criação de sociedades mais resistentes e estáveis, capazes de salvaguardar os direitos das crianças com mais facilidade durante “choques” econômicos e desastres naturais. A boa governança também reduz o risco de conflitos, cujo impacto pode ser devastador à vida das crianças. Outra função fundamental da boa governança é a reconstrução de países arruinados por conflitos, o que impede novos surtos de violência.

Avanços e Desafios na Governança Baseada nos Direitos da Criança

A adoção da CDC, em 1989, foi uma grande conquista para as crianças, fornecendo a base para um grande aumento na atribuição de responsabilidades para a aplicação dos direitos das crianças a nível nacional. Nas duas últimas décadas, a Save the Children usou com sucesso os mecanismos de monitoramento e notificação da CDC para a cobrança de prestação de contas por parte dos governos, e também como ferramenta de apoio à criação e capacitação de coligações defensoras dos direitos da criança com voz unificada no processo. Mais recentemente, o processo de Revisão Periódica Universal, facilitado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, criou um mecanismo adicional de prestação de contas que pode ser usado para responsabilizar os governos nacionais por seu desempenho na aplicação dos direitos da criança⁴. Em âmbito regional, diversos organismos, como a União Africana⁵, a Organização dos Estados Americanos e o Conselho da Europa também têm tomado providências para introduzir formas de responsabilização pela aplicação dos direitos das crianças.

Durante esse tempo, países desenvolvidos e subdesenvolvidos em todo o mundo apresentaram outros avanços importantes na melhoria da governança para as crianças. Muitos países têm revisado e reformado sua legislação a fim de torná-la compatível com a CDC; dados estatísticos sobre a situação das crianças têm apresentado melhoria gradativa quanto à sua cobertura e qualidade; mais de 200 ouvidorias para crianças ou instituições semelhantes foram criadas em mais de 70 países; alguns governos contam com ministérios dedicados exclusivamente às crianças e vários países criaram organismos responsáveis pela aplicação dos direitos das crianças. Esses progressos têm sido frequentemente associados a fortes lideranças políticas no executivo e/ou no legislativo, que têm contribuído para a ocorrência de mudanças positivas nas estruturas de governança.

No entanto, não existe país algum no mundo em que sejam cumpridos todos os direitos para todas as crianças. Portanto, inexistem países onde uma melhor governança para as crianças seja incapaz de auxiliar na aceleração da concretização de tais direitos.

- Ainda existe uma carência de dados confiáveis e individualizados em muitos países
- O conhecimento, as habilidades e as capacitações dos funcionários públicos e prestadores de serviço privados voltados à aplicação dos direitos das crianças são, via de regra, inadequados
- As leis não são totalmente compatíveis com a CDC e alguns países continuam a ter reservas quanto à aplicação da CDC.
- Os orçamentos para a implementação de políticas são muitas vezes inadequados e não existem informações sobre gastos e dotações orçamentárias. Em pesquisa recente, envolvendo mais de cem países, demonstrou-se que apenas 23 deles forneciam informações orçamentárias significativas ou abrangentes, enquanto 26 deles forneciam muito pouca ou nenhuma informação.⁶



- Diversos governos não consultam e não envolvem a sociedade civil e as crianças de forma adequada.

As crianças também são afetadas pela boa ou má governança em geral. A falta de transparência fiscal e poucas oportunidades para o envolvimento da sociedade civil na fiscalização do orçamento criam um terreno fértil para a corrupção e o mau uso dos recursos públicos⁷. Sistemas de tributação ineficazes ou antiquados têm impacto negativo na quantidade de recursos internos que podem ser mobilizados e gastos em serviços essenciais. Serviços públicos inexistentes ou de má qualidade, que não atendem às demandas dos usuários, fazem pouco para melhorar o bem-estar das crianças e dos demais cidadãos.

Em um mundo onde as crianças mais pobres vivem em países de renda média e onde a desigualdade está em ascensão, torna-se ainda mais importante apoiar as organizações da sociedade civil e outras formas de mobilização de crianças e adultos para exigir uma boa governança para as crianças, garantindo que os direitos das crianças estejam no topo da agenda política e que todos os esforços sejam concentrados na redistribuição de recursos, com o objetivo de alcançar as crianças deixadas para trás naquele país. Outras tendências mundiais, como o aumento nos desastres naturais, a crescente urbanização e o surgimento de megacidades, apresentam desafios e oportunidades ao nosso trabalho de promoção da boa governança para as crianças nesses contextos.

O crescente consenso global sobre a necessidade de lutar contra esses abusos e promover a governança mais aberta constitui grande oportunidade para o avanço da boa governança para as crianças. A Save the Children e seus parceiros, juntamente com as crianças, têm a oportunidade histórica de promover a boa governança para as crianças e usar a nossa voz para influenciar decisões quanto à forma de utilização dos recursos para exigir a prestação de contas pelo mau desempenho em todos os níveis, da comunidade local à nacional, e para assegurar que os direitos das crianças estejam no topo da agenda política.

O QUE QUEREMOS ALCANÇAR

A ampla gama de intervenções ao abrigo da governança baseada nos direitos da criança, nas quais a Save the Children tem experiência, é detalhada em artigo intitulado “Programming in Child Rights Governance: A technical guide for practitioners” (Programa de Governança Baseada nos Direitos da Criança: Guia técnico para profissionais), de autoria da Save the Children (2013), disponível no site interno da Save the Children⁸. Essas intervenções podem ser organizadas dentro dos três subtemas a seguir, que incluem os objetivos que queremos alcançar:

SUBTEMA 1: MONITORAMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA



1º Objetivo: Maior responsabilização dos Estados e outros atores-chave com relação aos seus compromissos e obrigações para com os direitos da criança, como resultado do monitoramento dos direitos humanos e dos direitos das crianças.

Indicador 1: *Percentual dos países em que os relatórios suplementares sobre as crianças estão sendo preparados ou foram apresentados por parceiros da sociedade civil e de redes de crianças que são apoiadas ou mantêm parceria com a Save the Children.*

SUBTEMA 2: FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS NACIONAIS



2º Objetivo: Todos os Estados criam e fazem uso apropriado das instituições e mecanismos e tomam outras medidas necessárias à implementação da CDC, de acordo com suas Medidas Gerais de Implementação (GMI, na sigla em inglês).

Indicador 2: *Número de mudanças na legislação ou em políticas com o objetivo de institucionalizar os direitos das crianças que ocorreram com o apoio da Save the Children.*

SUBTEMA 3: CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO



3º Objetivo: A sociedade civil e outros atores não governamentais são mobilizados para promover e defender os direitos das crianças.

Indicador 3: *Número de países onde as coligações voltadas aos direitos das crianças que recebem apoio da Save the Children e de parceiros demonstraram ter influência ou impacto.*

Além dos três objetivos citados acima, temos desenvolvido uma área inovadora chamada de “Investimento nas Crianças”, que visa garantir mais investimentos públicos em crianças e que esses investimentos sejam feitos de forma mais adequada.

1º Objetivo



Maior responsabilização dos Estados e outros atores-chave com relação aos seus compromissos e obrigações para com os direitos da criança, como resultado do monitoramento dos direitos humanos e dos direitos das crianças.

O monitoramento e a apresentação de informações sobre o progresso na implementação dos direitos das crianças são uma parte importante da responsabilização pelos direitos das crianças, permitindo que se dê destaque às questões humanitárias e de desenvolvimento durante o processo. Para que elaborem informações de qualidade, as crianças e a sociedade civil precisam ter uma boa compreensão da situação dos direitos das crianças e das questões mais importantes que precisam ser destacadas. Quanto melhor a qualidade dos dados e das evidências, maior a probabilidade de que tais dados e evidências venham a causar algum tipo de impacto. Por isso, a Save the Children apoia pesquisas, análises de políticas e monitoramentos contínuos dos direitos das crianças, capazes de auxiliar no desenvolvimento, programação e apresentação da estratégia. Os relatórios resultantes desses monitoramentos podem ser usados de diversas maneiras: Na conscientização do público; para fazer com que o público ajude a pressionar os setores executivos e legislativos do governo; para apoiar os mecanismos globais e regionais de monitoramento, como o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança.

No entanto, qualquer relatório produzido ou encaminhamento feito é muitas vezes apenas um resultado do processo. O monitoramento contínuo e sistemático pelas crianças e pela sociedade civil, que podem formar coligações para o desenvolvimento de uma posição comum, também ajuda a fortalecer a capacidade das crianças e da sociedade civil de exigir uma melhor prestação de contas. Portanto, a Save the Children apoia a formação de coligações dentro da sociedade civil para auxiliar no monitoramento e posterior apresentação de denúncias aos mecanismos de defesa dos direitos humanos e das crianças. Também incentivamos as crianças a fazer o seu próprio monitoramento, a fazer denúncias e a ter suas vozes representadas em relatórios da sociedade civil, bem como nas denúncias feitas por seu próprio governo.

Para que as mudanças aconteçam todos os dias nas vidas das crianças, é fundamental seguir as recomendações de órgãos nacionais, regionais e internacionais de monitoramento, como, por exemplo, o Comitê Africano de Especialistas sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança.

Todo este trabalho visa à melhoria na prestação de contas e à melhoria da visibilidade dos direitos da criança na agenda política. Com isso, a Save the Children pretende fazer com que os governos avancem mais rapidamente quanto à implantação dos direitos das crianças e fortalecer a capacidade das crianças e da sociedade civil de cobrar as promessas feitas por seus governos.

Exemplos de resultados:

1.1. Aumento no número de recomendações sobre os direitos da criança nos documentos resultantes de mecanismos de monitoramento dos direitos humanos

Na 13ª sessão do segundo ciclo do processo de Revisão Periódica Universal no Conselho de Direitos Humanos, 71%, em média, das recomendações da Save the Children sobre os direitos da criança foram incorporadas aos documentos definitivos para a Índia, Reino Unido, Filipinas, Finlândia, África do Sul e Equador.

1.2. Os Estados estão mais transparentes e ágeis ao divulgar dados sobre sua aplicação das obrigações dos direitos da criança

A Save the Children ajudou crianças, especialmente crianças com deficiência, a defender com sucesso os seus problemas e as questões essenciais, os quais foram pela primeira vez incluídos no relatório apresentado ao Comitê da CDC pelo governo afegão.

1.3. As crianças têm sido mais proativas na apresentação de denúncias sobre violações de direitos humanos, coletas de dados e acompanhamentos

A Save the Children da Coreia apoiou crianças para que fizessem com que suas opiniões fossem representadas no relatório complementar à CDC de 2010. Duas crianças da Coreia então participaram da pré-sessão do Comitê da CDC em Genebra e conseguiram fazer com que a desigualdade na alocação de recursos fosse colocada na Lista de Questões levantadas pelo Comitê da CDC que foi apresentada ao governo: “Por favor, explique como são tratadas as desigualdades causadas pela diferença nas dotações orçamentárias de governos locais destinadas às crianças”.

Crianças na Albânia elaboraram seu próprio relatório complementar para apresentação ao Comitê da CDC, com a ajuda da Save the Children e outras ONGs. Mais de 14 mil crianças participaram e três crianças se reuniram com o Comitê da CDC em Genebra para a apresentação de seus pontos de vista.

1.4. Os Estados têm demonstrado maior comprometimento com a adoção das recomendações feitas por mecanismos de monitoramento dos direitos humanos

No Nepal, a Save the Children ajudou 138 organizações da sociedade civil a participar no processo de Revisão Periódica Universal. A Save the Children e a sociedade civil pressionaram embaixadas e se reuniram com delegações em Genebra. Como resultado desse trabalho persistente, o Governo do Nepal aceitou 31 das 34 recomendações relacionadas aos direitos da criança constantes do relatório que foi produzido. A Save the Children faz parte de uma coalizão nacional voltada aos direitos da criança, que agora colabora com a Comissão Nacional de Direitos Humanos no acompanhamento da execução das recomendações.

2º Objetivo



Todos os Estados criam e fazem uso apropriado das instituições e mecanismos e tomam outras medidas necessárias à implementação da CDC, de acordo com suas Medidas Gerais de Implementação (GMIs, na sigla em inglês).

As Medidas Gerais de Implementação são uma lista das medidas que os governos precisam colocar em prática para institucionalizar os direitos das crianças e garantir a boa governança para as crianças. A lista inclui

- garantir que a legislação nacional esteja em consonância com a CDC e com outros instrumentos de direitos humanos;
- realizar um processo sistemático de avaliação de novas leis, políticas e programas quanto ao seu impacto sobre as crianças;
- desenvolver uma agenda nacional abrangente voltada às crianças, com base na CDC e em outros instrumentos de direitos humanos;
- garantir a alocação adequada de recursos voltados às crianças e torná-las “visíveis” no processo orçamentário;
- ter um mecanismo permanente no governo que assegure a eficácia na coordenação, monitoramento e avaliação da implementação dos direitos das crianças;
- treinar, educar e capacitar todos os envolvidos na implementação da CDC;
- criar um mecanismo para garantir que todos os prestadores de serviços não estatais respeitem a CDC;
- promover a coordenação e a cooperação com a sociedade civil, incluindo as crianças;
- assegurar o desenvolvimento de indicadores adequados e a coleta de dados suficientes sobre a situação das crianças;
- promover a cooperação internacional na implementação da CDC; e
- criar uma instituição independente de defesa dos direitos das crianças, muitas vezes chamada de ouvidoria para as crianças.

A Save the Children, juntamente com as crianças e as organizações da sociedade civil, analisa lacunas e deficiências na implementação dessas medidas gerais e pressiona os governos para que eles acelerem a implementação dessa infraestrutura, por meio da alocação adequada de fundos e de recursos humanos qualificados. Apoiamos os governos na verificação de como os diferentes elementos da estrutura podem ser configurados e/ou reforçados com a nossa experiência coletiva global.

Exemplos de resultados:

Abaixo estão alguns exemplos de resultados para alguns dos sistemas e mecanismos descritos nas Medidas Gerais de Implementação. Os resultados para todas as medidas relacionadas acima fariam parte da concretização desse objetivo estratégico.

2.1. Os Estados asseguram que a legislação, as políticas e os planos estejam de acordo com a CDC e outros instrumentos de defesa dos direitos humanos e dos direitos das crianças

Quando o governo queniano revisou a Constituição, em 2009, a Save the Children e um grupo de crianças pressionaram para que os direitos das crianças fizessem parte dessa Constituição. Como resultado, a Constituição queniana de 2010 consolida os direitos da criança, proíbe os castigos corporais em todos os ambientes e garante os direitos socioeconômicos. A Save the Children e seus parceiros também estão envolvidos no controle de todas as novas leis que têm influência sobre os melhores interesses das crianças.

2.2. Os Estados estabelecem ou reforçam a coordenação eficaz de suas responsabilidades com relação aos direitos da criança

A Save the Children e outras organizações da sociedade civil pressionaram o governo da Suazilândia para ele adotassem 36 recomendações do Comitê da CDC, o que resultou na criação de uma Unidade Nacional de Coordenação da Infância no Gabinete do Vice Primeiro-Ministro, melhorando, assim, a coordenação entre os departamentos governamentais relevantes no que tange às questões relacionadas aos direitos da criança. As oportunidades da sociedade civil de influenciar nas decisões aumentaram por meio de grupos de trabalho estabelecidos pela Unidade. Foi desenvolvido um roteiro para o trabalho do governo no que tange aos direitos da criança e foram realizadas melhorias na proteção jurídica às crianças por meio de mudanças na legislação.

2.3. Os Estados estabelecem e fortalecem instituições independentes de monitoramento da aplicação dos direitos das crianças

A Comissão de Direitos Humanos da Zâmbia aperfeiçoou sua capacidade de promover e monitorar os direitos das crianças e já investigou mais de 170 denúncias individuais de violações dos direitos da criança, realizou audiências públicas sobre os direitos das crianças, visitou creches e conversou diretamente com as crianças.

2.4. Os Estados fazem uma alocação mais visível e adequada de recursos para as crianças em seus orçamentos

Nos Territórios Palestinos, a Autoridade Palestina criou um Conselho Nacional dos Direitos da Criança para supervisionar a implementação de uma agenda nacional para os direitos da criança, incluindo um plano e a alocação de recursos. A Save the Children assegurou que os programas centrados na criança fossem especificamente identificados dentro do orçamento nacional, e que o orçamento considerasse as crianças e fornecesse os recursos adequados, sob os auspícios do Gabinete do Primeiro-Ministro. A Save the Children também apoiou o desenvolvimento de um conjunto nacional de indicadores de direitos da criança, que foram aprovados pela Autoridade Palestina e incluídos no Sistema Nacional de Monitoramento.

3º Objetivo



A sociedade civil e outros atores não governamentais são mobilizados para promover e defender os direitos das crianças.

Como ONG internacional líder na defesa dos direitos das crianças, a Save the Children tem se empenhado especialmente no apoio e fortalecimento das vozes da sociedade civil local para a defesa dos direitos da criança, incluindo organizações voltadas às crianças. Essas vozes são importantes “cães de guarda”, pois monitoram o progresso e denunciam violações, falhas e necessidades de melhorias. Organizações da sociedade civil podem coletar dados, compartilhar informações, conscientizar e capacitar. Elas são catalisadoras e facilitadoras com poderes para influenciar os tomadores de decisão a ver as questões através da lente dos direitos da criança e promover a concretização das mudanças. Essas Organizações podem propor soluções para problemas existentes com base em evidências e prestar serviços e programas em complementação aos fornecidos pelo Estado ou, ainda, preencher as lacunas que o Estado seja incapaz de resolver.

Vale à pena ressaltar a importância de diversos outros atores não governamentais, que desempenham papel fundamental na garantia dos direitos das crianças, bem como a importância de se mobilizar, conscientizar e capacitar esses atores de modo a garantir uma boa governança para as crianças. A Save the Children, as crianças e a sociedade civil podem conscientizar, criar conhecimento e gerar capacitação em prol dos direitos da criança, juntamente com os meios de comunicação, as instituições educacionais, o setor privado, as comunidades religiosas, parlamentares, etc.

Também sabemos que nenhum ator conseguirá, sem ajuda, fazer com que os direitos das crianças se tornem uma realidade. Portanto, a Save the Children frequentemente desempenha o papel de facilitadora na construção de relações entre os principais atores no processo de defesa dos direitos das crianças. Faz-se necessário um espaço em que haja interação e onde as vozes dos diferentes atores sejam ouvidas. A Save the Children estabelece relações com o governo, agências da ONU, meios de comunicação, meio acadêmico, setor privado, comunidades religiosas, parlamentares, lideranças locais, pais, grupos armados, movimentos sociais etc., para unir forças na promoção dos direitos das crianças.



Exemplos de resultados:

3.1. A sociedade civil e outros atores não governamentais têm aumentado a sua capacidade de promover os direitos das crianças e de exigir a prestação de contas por parte dos governos

Na Somália, a Save the Children tem apoiado a criação de um Fórum de Organização da Sociedade Civil para os Direitos da Criança, composto de 25 membros, com o objetivo de construir uma massa crítica de vozes experientes e capacitadas da sociedade civil que defenda os direitos das crianças.

Em toda a África Ocidental, coligações nacionais voltadas aos direitos da criança têm promovido e monitorado os direitos da criança e encaminhado relatórios ao Comitê da CDC, ao Comitê Africano de Especialistas sobre os Direitos e Bem Estar da Criança e ao processo de Revisão Periódica Universal.

3.2. Maior espaço para interações significativas entre a sociedade civil, incluindo as crianças, e outros atores não governamentais (como por exemplo, o setor privado, os meios de comunicação, as universidades e os grupos religiosos)

Desde 2004 a Save the Children de Bangladesh tem trabalhado com instituições universitárias na criação de 27 pontos focais de direitos das crianças em universidades públicas e privadas, Centros de Recursos para crianças estabelecidos em Departamentos de Estudos de Desenvolvimento, Antropologia e Sociologia em três grandes universidades. No momento, discute-se a viabilidade de se oferecer estágios a estudantes de Mestrado com a Universidade Internacional de Bangladesh.

Em Moçambique, a Save the Children firmou parceria formada por uma empresa multinacional de construção, governo, comunidades e doadores para a elaboração de um plano conjunto de proteção à criança em prol da redução do abandono escolar, da prostituição infantil e do trabalho infantil em relação a um grande projeto de infraestrutura.

3.3. Um maior número de organizações voltadas às crianças tem tido maior presença nos debates relativos aos direitos das crianças

Em Ruanda, uma organização voltada às crianças, a Association d'Enfants et Jeunes Travailleurs, trabalha para ampliar o conhecimento das crianças sobre seus direitos e permitir que elas participem da governança de seus países, seja a nível local ou nacional.

Na Guatemala, a Rede de Jovens é a organização nacional dedicada às crianças na qual estão representados todos os grupos de crianças de todo o país. O presidente da rede participa de reuniões formais com representantes do governo municipal, onde apresenta questões relativas às crianças e comentários sobre a implementação dos direitos das crianças na municipalidade. A organização das crianças e a inserção das suas vozes em estruturas formais de governança têm resultado em melhorias em suas escolas, na maior contratação de professores e enfermeiros, na construção de playgrounds e parques, no crescimento no número de registros de crianças e em maior pró-atividade política das meninas nas comunidades, segundo um ex-presidente da Rede de Jovens.

3.4. Atores do setor privado aderem aos Direitos da Criança e Princípios Empresariais

Na Costa do Marfim e Senegal, a Save the Children está promovendo, junto ao setor privado, os Direitos da Criança e Princípios Empresariais para a conscientização do setor privado acerca de seu impacto sobre os direitos da criança e sobre como respeitar e promover tais direitos.

AVANÇO REVOLUCIONÁRIO COM RELAÇÃO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS

Há bastante tempo, a Save the Children tem estado na vanguarda do movimento pelos direitos da criança. Um avanço revolucionário na forma como o mundo vê as crianças foi quando nosso fundador, Eglantyne Jebb, inspirou o mundo a aceitar a ideia de que as crianças tinham direitos e a trabalhar para o reconhecimento universal de tais direitos. A Save the Children também influenciou na elaboração da Convenção de 1989 das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e seus três Protocolos Facultativos, que constituem marcos importantes na mudança da forma como o mundo vê as crianças.

Nossa visão de mundo exige uma mudança fundamental na vontade política em todo o mundo e em cada país, para priorizar investimentos nas crianças e para garantir que nenhuma criança será deixada para trás devido à pobreza, discriminação ou outras desigualdades⁹, quer vivam em países desenvolvidos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Portanto, o Avanço Revolucionário da Save the Children com relação à governança baseada nos direitos das crianças, a ser alcançado até 2020, é o seguinte:

Todas as crianças, especialmente as mais pobres, beneficiam-se de um maior investimento público e uma melhor utilização dos recursos da sociedade na materialização dos seus direitos.

É possível mencionar aqui três boas razões para se investir nas crianças:

- Isso é uma obrigação **legal** de todos os estados membros da CDC: O Artigo 4 afirma claramente que os Estados têm a obrigação de investir o limite máximo de seus recursos disponíveis na aplicação dos direitos das crianças, e que a comunidade internacional tem a obrigação de fornecer apoio adicional quando necessário.
- É uma decisão **economicamente** correta: O Banco Mundial, entre outros, salienta que quando as sociedades deixam de investir em crianças e no capital humano, existe o risco de que as pessoas que não tiveram oportunidade de se desenvolver e atingir o seu potencial possam se tornar uma força destrutiva. Quando o investimento em crianças é feito no início de suas vidas, há uma produção de retornos econômicos positivos por meio da redução de custos sociais e da disponibilização de uma força de trabalho qualificada.¹⁰
- Dá suporte à coesão **social e política**: níveis altos de desigualdade e pobreza extrema impedem o desenvolvimento e a consolidação da democracia, podendo assim comprometer a coesão social e levar à instabilidade social e política.¹¹

Com base nesses argumentos, a Save the Children pretende alcançar um avanço ao estimular o aumento do investimento nas crianças, desenvolvendo Programas Específicos ambiciosos para demonstrar como a mudança pode ser alcançada. O avanço se concentrará no aumento da mobilização e alocação, bem como na utilização eficaz dos recursos públicos e privados, a fim de atender às necessidades imediatas e de longo prazo das crianças. Ele está relacionado com três questões fundamentais:

1. Até que ponto os governos otimizam a mobilização de recursos para investir em crianças. Isso irá incluir a tentativa de influenciar as políticas tributárias, de ajuda, de empréstimos e outras políticas e estratégias de mobilização de recursos para gastar com as crianças;

Na Bolívia, a pressão da sociedade civil sobre o governo para mudar a estrutura de impostos sobre a extração de petróleo e gás levou a um aumento de receita para o governo boliviano, que por sua vez aumentou os gastos com programas sociais, incluindo uma bolsa para as famílias pobres para aumentar a matrícula escolar, cafés da manhã na escola e subvenções para as mães sem seguro saúde, como um incentivo para que elas procurem atendimento médico, a fim de reduzir a mortalidade materna e infantil.

2. Se os recursos disponíveis estão alocados até o limite máximo possível e são gastos de uma forma que beneficia as crianças, especialmente as mais pobres e mais marginalizadas. Esse trabalho envolve influenciar as prioridades fiscais, alocações e padrões de gastos por parte dos governos e outros atores do desenvolvimento, incluindo doadores e o setor privado, além de avaliações de impacto para ver se isso leva à aplicação dos direitos das crianças;

Na Nicarágua, a Save the Children tem apoiado a criação da Rede de Governos Municipais Amigos das Crianças. As crianças interagem com os municípios para o desenvolvimento de políticas para as crianças. Como resultado, a média de investimento municipal em crianças aumentou 92,3% nos últimos oito anos. 81% dos municípios na Nicarágua fazem parte da rede.

Na Zâmbia, a Save the Children apoiou o trabalho de defesa dos direitos das crianças liderado pela Rede de Orçamento para as Crianças na Zâmbia ("Child Budget Network"), resultando em um aumento de 22,7% no orçamento da educação nacional para 2012, um aumento de 9,9% no orçamento para a saúde (aumento de 118,6% na rubrica orçamentária para a nutrição), um aumento de 18,5% para o Regime de Assistência Social Pública e um aumento de 30% no Orçamento de Transferência Social de Fundos.



3. Se os recursos são gastos de uma forma adequada, para gerar resultados positivos para todas as crianças. Este trabalho vai se concentrar na melhoria da eficiência e eficácia dos gastos públicos e seu impacto positivo sobre as crianças através, por exemplo, da promoção da transparência, prestação de contas e participação do cidadão (incluindo crianças) em processos fiscais.

Grupos de crianças no Zimbábwe, juntamente com a sociedade civil, têm promovido a abertura do processo orçamentário, causando a democratização do processo. A Iniciativa do Orçamento Nacional Amigo da Criança foi criada com o apoio da Save the Children e resultou em novas rubricas orçamentárias como, por exemplo, para Crianças em Situações Difíceis. O processo orçamentário foi desmistificado por meio de workshops de educação financeira e orçamentária para crianças e cidadãos comuns.

Os indicadores e resultados detalhados farão parte da estratégia Investimento nas Crianças para 2013-2015.¹²

A Save the Children irá identificar uma série de programas específicos para promover o avanço do Investimento nas Crianças. Eles vão demonstrar como a Save the Children, em parceria com outras instituições, aborda questões que ameaçam a capacidade das crianças de concretizar os seus direitos. Esses programas serão baseados em evidências, sendo também replicáveis e escaláveis e gerarão resultados positivos para as crianças. Os programas específicos permitirão que divulguemos ótimos exemplos das nossas intervenções na prática e demonstremos a sua eficácia em grande escala. Usaremos as evidências desses programas para defender a reprodução e utilização por terceiros.



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Temos uma gama de diferentes ferramentas para o monitoramento dos programas de Governança Baseada nos Direitos das Crianças e para documentação dos resultados. O sistema de M&E da Save the Children nos fornece:

1. Indicadores globais de resultados, usados como uma indicação do que a Save the Children consegue atingir com o seu trabalho de promoção da Governança Baseada nos Direitos das Crianças. Os três indicadores globais de resultados estão associados aos objetivos estratégicos e são descritos na seção 4. Também serão desenvolvidos indicadores para medir o avanço do trabalho de promoção do investimento em crianças.
2. Alcance total, uma metodologia utilizada para estimar o número de crianças e adultos atingidos direta e indiretamente pelo nosso trabalho de promoção da Governança Baseada nos Direitos da Criança.
3. A Ferramenta de Medição da Defesa dos Direitos, utilizada para medir resultados em termos de mudanças nas políticas nacionais, estaduais e municipais.
4. Estudos de caso com informações mais detalhadas sobre o que foi feito, o que foi alcançado e as lições aprendidas.

Além dessas ferramentas, temos indicadores específicos de programas e relatórios para os doadores sobre os países e projetos que geram informações sobre os resultados e gastos com o programa de Governança Baseada em Direitos das Crianças.

Um desafio bem conhecido no trabalho para fazer com que os direitos humanos se tornem uma realidade é a mensuração da mudança — a mudança real na vida dos detentores dos direitos. Os dados de monitoramento só nos levam até a metade do caminho e muitas vezes eles param nos resultados, quando há evidência de mudanças no sistema (como leis, instituições, documentos de políticas, planos de ação, etc.) A mensuração dos resultados no longo prazo e dos impactos na vida cotidiana das pessoas causados por essas mudanças no sistema exige um acompanhamento de longo prazo e de metodologias mais sofisticadas (por exemplo, a resposta a perguntas sobre atribuição) do que o financiamento de projetos geralmente permite. As avaliações são uma importante ferramenta adicional para mensurar resultados e impactos. Embora as opções acima sejam adequadas para mensurar resultados intermediários, as avaliações nos dão a oportunidade de identificar impactos e mudanças de longa duração para as crianças, e de explorar o que fizemos para obter essas mudanças sistêmicas e atingir os resultados de longo prazo.

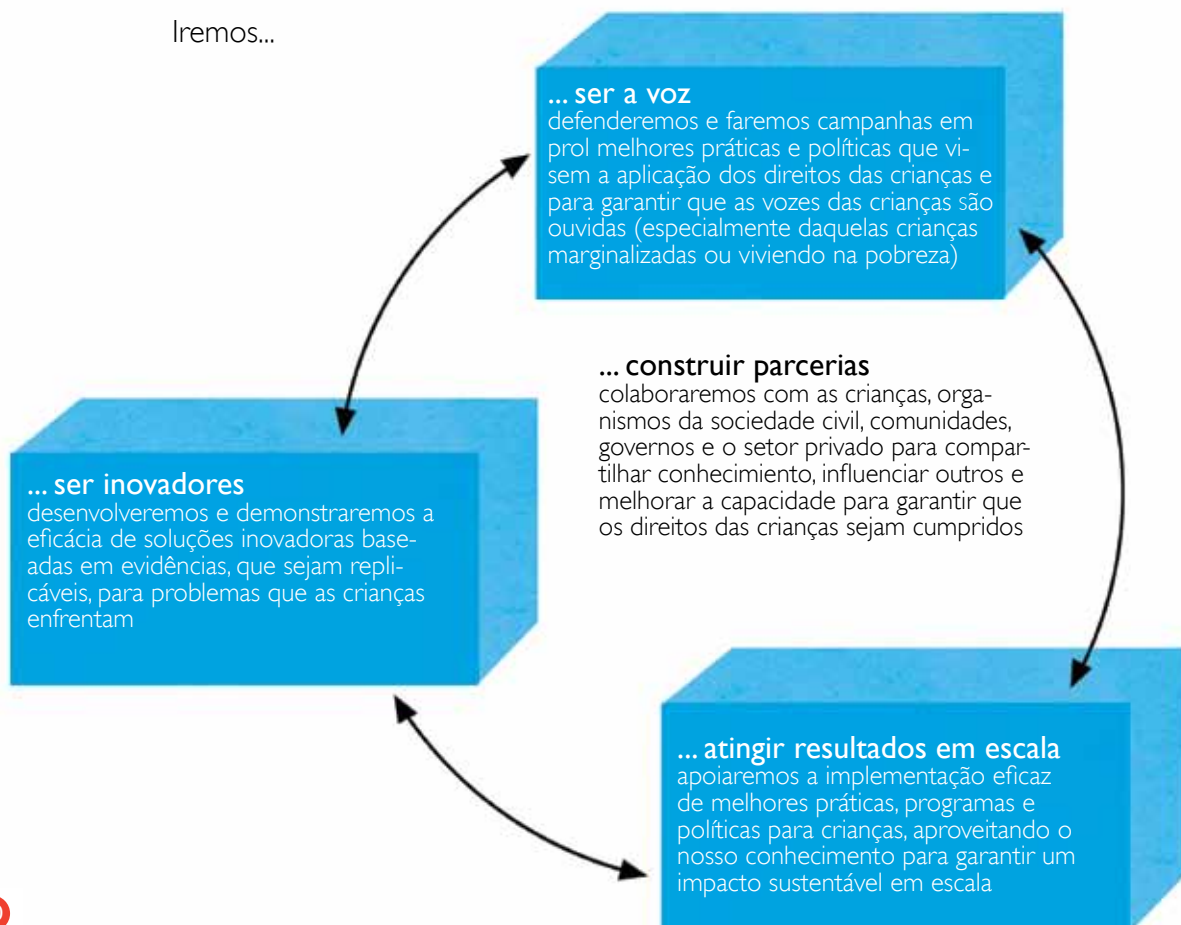
O TRABALHO DE PROMOÇÃO DA CRG E A TEORIA DA MUDANÇA DA SAVE THE CHILDREN

A teoria da mudança descreve como os direitos das crianças podem tornar-se realidade segundo a Save the Children. Abaixo estão algumas reflexões sobre como a teoria da mudança entra em jogo quando se trabalha no setor de Governança Baseada nos Direitos das Crianças.

TEORIA DA MUDANÇA:

como trabalhamos para criar o impacto para as crianças

Iremos...



Voz: Significa que as crianças têm a oportunidade de falar por si próprias. Apoiamos, por exemplo, a criação de espaços onde as crianças possam expressar suas ideias e preocupações, tenham acesso a órgãos de tomada de decisão e desenvolvam suas habilidades de expressão das suas demandas. Isso também significa que nós mesmos denunciemos quando os direitos das crianças são violados - juntamente com as crianças e/ou outros atores dos direitos da criança, ou sozinhos, se essa for a única opção. Isso significa que - com base em evidências - defendemos as mudanças sistêmicas como, por exemplo, nas leis, políticas e práticas em favor dos direitos das crianças, e influenciemos os tomadores de decisão para que eles priorizem recursos para as crianças, sejam transparentes e prestem contas ao público sobre como os recursos são gastos, sobre até que ponto a desigualdade é tratada e sobre até que ponto as crianças mais pobres e excluídas são atingidas.

Desenvolver parcerias: Sem a construção de relações fortes com outros atores que ajudam a determinar se os direitos das crianças serão respeitados e progressivamente colocados em prática, não é possível alcançar os objetivos ambiciosos do trabalho de promoção da Governança Baseada em Direitos das Crianças. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) que trabalham em prol dos direitos das crianças são aliadas naturais. Também colaboramos com outros atores, como as crianças, seus pais, comunidades, professores e outros profissionais em contato com crianças, lideranças locais e religiosas, governos locais, universidades, meios de comunicação, organizações das Nações Unidas, o setor privado, governos locais e nacionais. Trabalhamos para melhorar a capacidade desses atores de atuar em prol da aplicação dos direitos da criança e se envolver em relações fortes com terceiros para promover os direitos das crianças. Além disso, construímos alianças com organizações e redes regionais e internacionais, como o Fórum Africano de Políticas da Infância (“African Child Policy Forum”) e a Parceria Internacional para o Orçamento (“International Budget Partnership”).

Inovador: Reunimos experiências de comunidades onde há boa governança e onde os direitos das crianças são respeitados a fim de encontrar formas inovadoras de abordar os principais obstáculos à concretização dos direitos das crianças. Testamos e reunimos evidências para os nossos modelos e soluções e divulgamos os resultados de nossas inovações, analisando se e como elas podem ser adaptadas para serem usadas em outros contextos.

Resultados em escala: Para alcançar resultados em escala, o trabalho que nós apoiamos precisa estar profundamente enraizado e institucionalizado nas estruturas e mecanismos do país em questão - ele precisa ser uma mudança sistêmica. Dessa forma, o avanço com relação aos direitos da criança continuará quando, por exemplo, o poder político mudar de mãos. Quando conseguimos apoiar os governos para projetar, desenvolver e implantar um sistema global para a aplicação dos direitos das crianças, e para tornar o sistema transparente, responsável e participativo, é possível atingir resultados que vão muito além do que poderíamos ter conseguido sozinhos com a Save the Children. Quando conseguimos fazer com que governos destinem mais recursos para as crianças e conseguimos fortalecer a sociedade civil para que monitore e lute pelos direitos das crianças, exija uma boa governança para as crianças e responsabilize aqueles no poder pelo bem-estar das crianças, o progresso é muito mais sustentável. Ao documentar o que funciona e ao compartilhar experiências, reproduzindo soluções semelhantes em outros países e regiões, e incentivando outras organizações e/ou governos a adotar metodologias e soluções que funcionam, podemos ampliar nossos resultados em escala.

DEFESA DOS DIREITOS

A defesa dos direitos é um elemento importante de quase todo o trabalho de promoção da governança baseada nos direitos da criança. Em nível nacional, a Save the Children:

- apoia a sociedade civil e as crianças na defesa da implantação de uma forte estrutura dos direitos da criança
- defende a priorização das crianças na destinação e utilização de recursos, e defende o desenvolvimento e implantação de políticas para as crianças
- promove a defesa dos direitos civis e políticos das crianças e defende a criação de espaços onde as demandas das crianças possam ser ouvidas de forma segura e onde sua influência possa ser significativa
- procura influenciar o comportamento e as decisões dos principais atores envolvidos na aplicação dos direitos das crianças e tenta fazê-los ver o mundo através da lente dos direitos da criança
- promove soluções (para os problemas) que temos demonstrado que podem produzir resultados no contexto

Todo esse trabalho de defesa dos direitos se baseia em experiências reais ou na inspiração vinda da evidência de outros lugares.

O papel das crianças e das organizações nacionais da sociedade civil (incluindo os membros da Save the Children em seus próprios países) é crucial para a legitimidade e credibilidade do nosso trabalho de defesa dos direitos. Por essa razão, o espaço para o diálogo e a interação com o governo e outros atores dos direitos da criança é crucial. A Save the Children e seus parceiros defendem a manutenção e ampliação desse espaço, para que os cidadãos ajudem a garantir a atribuição de responsabilidades pelos direitos da criança, e para que seja fornecido acesso às informações necessárias, permitindo assim que a participação de tais cidadãos seja significativa.

Em nível regional e internacional, nós participamos do diálogo político e conscientizamos os atores relevantes sobre a sua responsabilidade no respeito aos direitos das crianças, para influenciar o desenvolvimento de estruturas, normas e princípios internacionais que irão impactar na vida e na implementação dos direitos das crianças, e interagimos com organismos de direitos humanos e de direitos das crianças para torná-los mais conscientes da realidade das crianças e tornar os procedimentos mais acessíveis e amigáveis para as crianças.



FAZENDO ACONTECER

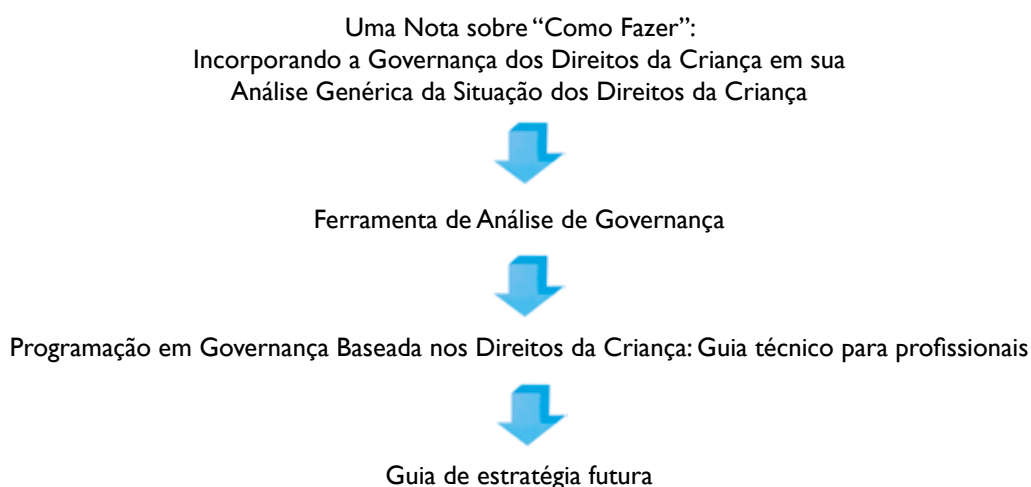
Os membros, escritórios nacionais, escritórios regionais, escritórios de promoção de direitos da Save the Children e os parceiros da Save the Children, todos desempenham um papel no desenvolvimento, consolidação e fortalecimento do nosso trabalho de promoção da Governança Baseada nos Direitos da Criança. Nesse processo, eles são apoiados pela Iniciativa Global de CRG (*Child Rights Governance* ou Governança Baseada nos Direitos da Criança), que trabalha em estreita colaboração com a equipe de governança dos direitos da criança por meio de eventos de capacitação, redes regionais de pontos focais nacionais de CRG, grupos de trabalho de CRG para política, programação e defesa, e um Grupo Diretor representando os principais membros da Save the Children.¹³ A Iniciativa Global de CRG e os membros individuais da Save the Children também prestam assistência técnica para apoiar a programação de CRG nos países. Para apoiar a captação de recursos, a Iniciativa Global desenvolveu um Guia de Captação de Recursos para CRG, que está disponível no site OneNet da Save the Children¹⁴, onde são apresentados os doadores atuais, possíveis doadores e exemplos de propostas bem-sucedidas.

Em seu papel de coordenação, a Iniciativa Global também traz abordagens inovadoras em relação ao trabalho de CRG como, por exemplo, a identificação do avanço do investimento em crianças e a promoção de programas específicos em CRG.

Para atingir os objetivos da Save the Children com relação à governança baseada em direitos da criança em um país, é imperativo que os membros da Save the Children, os programas nacionais de SCI, os escritórios regionais, os escritórios de defesa dos direitos e a equipe central da Iniciativa Global de CRG unam forças e avancem de forma coerente na construção e fortalecimento da capacidade, apoiando-se mutuamente no financiamento e implementação de políticas, programas e trabalho de defesa de direitos, aproveitando as oportunidades para promover a boa governança para as crianças.

Desenvolvendo Programas de CRG

A Governança Baseada nos Direitos da Criança (*Child Rights Governance*) é um setor que tinha pouca ou nenhuma orientação programática, até recentemente. Para preencher essa lacuna, a Iniciativa Global de CRG produziu um abrangente kit de programação de CRG que inclui: 1) orientações sobre como fazer uma análise genérica da situação dos direitos das crianças; 2) orientações sobre como fazer uma análise de uma situação específica de CRG; e 3) um guia abrangente de programação de CRG. A Iniciativa também publicou orientações sobre a divulgação da Revisão Periódica Universal e o trabalho relacionado de defesa dos direitos, bem como guias mais específicos para determinadas áreas de trabalho¹⁵.



Como em outros setores, o planejamento do trabalho de CRG ao nível do país começa com a Análise Genérica da Situação dos Direitos da Criança para identificar lacunas no cumprimento de direitos das crianças e oportunidades para melhorar a situação. Se a CRG parecer ser uma questão importante, deverá ser realizada uma análise setorial aprofundada sobre a governança baseada nos direitos da criança. É altamente recomendável fazer esta análise, uma vez que ela é a base para o desenvolvimento de um programa sustentável de CRG. Além disso, é altamente recomendável que os funcionários e parceiros da Save the Children façam a análise, já que ela é uma importante experiência de capacitação para a equipe e parceiros de CRG. A Iniciativa Global de CRG desenvolveu uma ferramenta de apoio à análise que irá ajudá-lo a avaliar até que ponto o Estado e outras pessoas estão cumprindo suas obrigações decorrentes da CDC. A “Ferramenta de Análise da Governança Baseada nos Direitos das Crianças” é em grande medida baseada nas Medidas Gerais de Implementação [GMIs, na sigla em inglês] mencionadas acima, mas ela também irá ajudar a identificar os principais atores e fatores de governança importantes que afetam a implementação dos direitos das crianças.

Com base na análise de CRG e na avaliação dos recursos, competências e valor agregado da Save the Children e seus parceiros, a estratégia de CRG deve ser desenvolvida e intervenções devem ser projetadas para preencher as lacunas identificadas. Ao projetar suas intervenções de CRG, você poderá encontrar orientações e inspirações no guia de programação de CRG intitulado “Programação de CRG na Governança Baseada nos Direitos da Criança: Guia técnico para profissionais” (“Programming in Child Rights Governance: A technical guide for practitioners”).



FINANCIAMENTO DO TRABALHO DE CRG

Os Membros da Save the Children que trabalham com os programas nacionais são responsáveis pela captação de recursos para o trabalho de CRG e atribuíram a responsabilidade aos doadores individuais por meio de um sistema de gestão de contas e subcontas. Além disso, os Membros da Save the Children têm relações fortes com os seus doadores nacionais e com as empresas do setor privado que operam em seus países.

Uma quantidade significativa de recursos para o trabalho de governança baseado nos direitos das crianças já vem de doadores nacionais dos Membros da Save the Children e outros doadores, como a EuropeAid. No entanto, a área de avanço do Investimento nas Crianças, com a sua forte relação com o trabalho de governança, apresenta oportunidades novas e inexploradas de financiamento, principalmente com os doadores focando em governança aberta, boa governança, desigualdades, direitos humanos, democracia, responsabilidade social, participação dos cidadãos, transparência, Estado de direito e direitos civis e políticos. Os doadores institucionais dos Membros e/ou Ministérios de Relações Exteriores apoiam esses programas de governança, mas talvez não consigam visualizar uma associação natural com a Save the Children, a menos que nós os mantenhamos cientes e informados sobre o nosso foco em CRG e nosso avanço no Investimento nas Crianças. Muitas vezes, o sucesso na abordagem desses doadores também exige que moldemos a forma como as questões de governança baseadas nos direitos da criança são expressas de acordo com a agenda do doador sobre tais questões. Já começamos a ver os resultados positivos da ampliação da perspectiva dos doadores.

MENSAGEM FINAL

Uma estratégia é apenas um pedaço de papel. Torná-la realidade significa usá-la para informar e influenciar a maneira como nós realmente trabalhamos - quer seja na programação, captação de recursos, defesa de direitos, campanhas ou trabalho de mídia. Para cumprir os nossos objetivos ambiciosos relativos à Governança Baseada nos Direitos da Criança, precisamos trabalhar de forma coerente, coordenada e consistente, como uma organização global. O alinhamento com esta estratégia e a contribuição para o seu sucesso são a melhor forma de garantir que os direitos das crianças serão priorizados da forma adequada.

Ao cumprir esta estratégia, podemos ajudar a garantir que os direitos das crianças sejam respeitados, que a vida das crianças melhore significativamente e que a Save the Children seja vista como:

- A principal **defensora** dos direitos das crianças no mundo
- A **especialista** global em direitos das crianças
- A **mobilizadora** de cidadãos proativos, incluindo as próprias crianças, que exigem a prestação de contas por parte dos governos

Save the Children can be justly proud of the work we do to promote, defend and fulfill children's rights. It is an important part of our heritage and our future. This strategy will help us take another major step forward in our journey to make a final reality of children's rights.



Notas de fim:

¹2000: Protocolo Opcional sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados e sobre a Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil; Protocolo Opcional sobre procedimento de comunicação, 2011.

²Essa orientação está disponível no Comentário Geral do Comitê da CDC das Nações Unidas No 5, Artigo 4 -acesse.
<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G03/455/14/PDF/G0345514.pdf?OpenElement>.

³Fórum Africano de Políticas para a Infância (2010) Relatório Africano sobre Bem Estar das Crianças 2011, Addis Ababa.

⁴Até o final do primeiro ciclo de revisão do histórico de direitos humanos de todos os 193 Estados Membros da ONU, cerca de metade das recomendações desenvolvidas pela Save the Children sobre questões relativas aos direitos das crianças foram aceitas pelos estados em análise.

⁵Por meio da adoção da Carta Africana dos Direitos e Bem Estar da Criança, que entrou em vigor em 1999.

⁶Da Pesquisa do Orçamento Aberto 2012 feito pela Open Budget Partnership.

⁷A Global Financial Integrity estimou que 858 bilhões de dólares desapareceram dos países em desenvolvimento em 2010 devido à evasão fiscal.

⁸A versão preliminar do guia do programa está atualmente disponível no site da Onenet em <https://onenet.savethechildren.net/whatwedo/crg/Pages/CRGProgramming.aspx>. A versão final do guia do programa estará disponível no Centro de Recursos no início de 2014.

⁹Existem várias razões pelas quais as crianças são deixadas para trás e não recebem o apoio necessário. Algumas dessas razões são a pobreza, o local onde vivem, a discriminação por gênero, etnia, classe social, religião, etc., a falta de nacionalidade, falta de documentos de identificação/registo de nascimento, etc.

¹⁰Banco Mundial, 2010 em Investimento nas Crianças, ODI, 2011.

¹¹Marcus et al, 2011 em Investimento nas Crianças, ODI, 2011, p.5.

¹²O que está por vir em 2013.

¹³Atualmente coliderado pela SCD (presidência), SCN e SCS, com a participação da Save the Children Reino Unido, SCF, SCC, Save the Children Espanha, Save the Children Japão e Save the Children Estados Unidos.

¹⁴<https://onenet.savethechildren.net/whatwedo/crg/Pages/Fundraising.aspx>.

¹⁵Todas as publicações pela Iniciativa Global da CRG podem ser encontradas no site do Centro de Recursos, por meio do link <http://resourcecentre.savethechildren.se/>. A maioria das publicações está disponível em inglês, espanhol em francês. O guia do programa estará disponível no início de 2014 e está atualmente disponível para a equipe da Save the Children na Onenet em sua versão preliminar; por meio do link <https://onenet.savethechildren.net/whatwedo/crg/Pages/CRGProgramming.aspx>.

**Publicado pela
Iniciativa Global de Governança dos Direitos das Crianças
Save the Children**

Publicado pela primeira vez em maio de 2013

A permissão para usar, copiar e distribuir este documento, seja de forma parcial ou completa, é aqui concedida desde que a fonte de referência apareça em todas as cópias.

Escrito por: Bill Bell, Brynjar Sagatun Nielsen, Christine Lundberg, Lene Steffen e Lisbeth Dina Jensen.

Design: Gina Thorstensen



Se você quiser ler mais sobre a Governança dos Direitos das Crianças, visite o site do Centro de Recursos, por meio do link: <http://resourcecentre.savethechildren.se>, onde você poderá encontrar e fazer upload de materiais.